

CORREIO NACIONAL



Brasil pode ampliar rede em 2,5 mil quilômetros

Previsão é que redes de transporte público dobrem

Levantamento sobre mobilidade urbana em 21 regiões metropolitanas avalia que o Brasil pode ampliar em 2,5 mil quilômetros as redes de transporte público coletivo nos próximos 30 anos (até 2054).

A extensão prevista é mais do que o dobro do total existente hoje nessas regiões metropolitanas (2.007 quilômetros).

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana foi realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BN-

DES) e pelo Ministério das Cidades e calcula a possibilidade de construir “mais 323 km de linhas de metrô, 96 km de trens urbanos, 1.930 km de sistemas de BRT, VLT ou monotrilho, e 157 km de corredores de ônibus.”

De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os investimentos nessas obras serão necessários “para o aumento da produtividade e a dinamização da economia nas grandes cidades”, disse em nota institucional.

Fiscalização de armas de CACs

O Ministério Público Federal ingressou com ação em que alega falta de comprovação, por parte da União, na transferência do controle de armas de caçadores, atiradores e colecionadores para a Polícia Federal. O caso tramita na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Desde o dia 1º de julho,

a Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, assumiu a responsabilidade pelo registro das licenças, controle e fiscalização das atividades de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores. Antes, os CACs estavam sob responsabilidade do Comando do Exército.

Plano de devolução

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que tiveram descontos indevidos por entidades associativas têm até a próxima segunda-feira (21) para aderir ao acordo de devolução dos recursos oferecido pelo governo federal.

O beneficiário que

aderir à proposta do Ministério da Previdência Social vai receber o pagamento dos valores descontados na semana do dia 24 de julho.

O acordo diz respeito aos valores descontados entre março de 2020 e março de 2025. Assim, o beneficiário não precisa recorrer à Justiça.

Pedido de constitucionalidade

O Advogado-Geral da União, Jorge Messias, participou na terça de audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 96/2025, presidida pelo ministro relator, Alexandre de Moraes. Messias exaltou a iniciativa do relator de ado-

tar a via conciliatória para a solução da controvérsia, ao mesmo tempo em que reiterou os termos da petição inicial apresentada pelo Presidente da República e requereu a concessão da medida cautelar pleiteada, visando à imediata restauração e plena da vigência do Decreto 12.499/2025.

Ações de fomento ao turismo

O Ministério do Turismo (MTur) lançou em Aquidauana (MS) uma iniciativa que desenvolverá oficinas e diversas ações para o desenvolvimento do Plano de Visitação Turística da Terra Indígena Limão Verde. A ação, uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande

do Norte (UFRN), integra o Projeto “Brasil, Turismo Responsável”. O trabalho orienta quanto à implementação de práticas de turismo responsável, focadas na conservação ambiental, na valorização da cultura local e no fortalecimento de comunidades tradicionais.

Programa Imóvel da Gente

O programa Imóvel da Gente já alcançou a marca de mais de mil áreas, terrenos e construções destinadas a quem mais precisa, em 454 municípios. Cerca de 400 mil famílias foram diretamente beneficiadas e milhões de brasileiras e brasileiros tiveram aces-

so a mais e melhores serviços públicos. Ao todo, mais de 18 km² de áreas, antes sem uso ou subutilizadas, agora estão sendo aproveitadas por quem mais precisa.

Isso é fazer valer a função social, econômica e ambiental do patrimônio público.

Cadastro único informará sobre celulares roubados

Cidadão pode consultar base de dados antes da compra

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



O novo cadastro conta com o banco de dados do programa Celular Seguro

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou na segunda-feira (14) o Cadastro Nacional de Celulares com Restrição (CNCR), que passa a integrar em uma única base informações sobre aparelhos com registro de roubo, furto ou extravio.

A nova ferramenta consolida dados do programa Celular Seguro, permitindo que qualquer cidadão verifique, antes da compra, se o aparelho possui algum tipo de restrição, principalmente no caso de celular de segunda mão.

“O cadastro é uma garantia ao cidadão. Com ele, a ferramenta Celular Seguro segue oferecendo mais segurança aos brasileiros na hora de adquirir um bem tão essencial na vida cotidiana como é o telefone móvel nos dias de hoje”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Manoel Carlos de Almeida Neto.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a ação fortalece a prevenção à receptação de celulares roubados e amplia o combate à criminalidade, além de contribuir para proteger o consumidor no momento da aquisição de um novo telefone.

O novo cadastro conta com o banco de dados do programa Celular Seguro, que já possui com mais de 2,6 milhões de usuários inscritos, e a base global da Anatel.

“Essa é uma ação que vai além da recuperação de um celular roubado ou furtado. É uma ação de prevenção que protege o cliente antes mesmo de ele adquirir o telefone”, destaca o presidente da Anatel, Carlos Baigorri.

Disponível no aplicativo Celular Seguro, para Android e iOS, o sistema exige apenas o número do IMEI (identificação única do aparelho) para consulta. A busca pode ser feita manualmente ou por leitura do código de barras diretamente na tela do celular.

Como consultar

■ baixe o app Celular Seguro (disponível para Android e iOS);

■ na tela inicial, selecione Celulares com Restrição;

■ digite o número do IMEI (composto por 15 algarismo) ou use a câmera para ler o código de barras;

■ para visualizar o IMEI no celular a ser consultado, digite *#06# no teclado de chamadas.

Se não houver nenhum impedimento, a tela confirmará que o aparelho está liberado para uso.

Desmatamento sobe na Amazônia

Agência Gov



Já no Cerrado houve queda de 22,5% nos números

3,3% no período. A categoria “desmatamento por mineração” na Amazônia registrou queda ainda maior, de 53,3% entre agosto de 2024 a junho de 2025 em relação ao intervalo temporal anterior.

“Os dados do primeiro semestre de 2025 foram influenciados pelos incêndios de agosto a outubro do ano passado, que somente começaram a ser detectados como desmatamento com vegetação após o início do período da seca,

que começou no final de maio deste ano”, avalia o secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), André Lima.

No primeiro semestre de 2025, o aumento das áreas sob alerta de desmatamento na Amazônia foi de 27% em comparação ao primeiro semestre de 2024 (2.090 km² ante 1.645 km²).

Já no Cerrado, a tendência é de queda. De agosto de 2024 a junho de 2025, foram identificados 5.091 km² sob alerta de desmatamento, diante de 6.570 km² no período anterior, o que representa redução de 22,51%.

No acumulado de janeiro a junho de 2025, o bioma registrou 3.358 km² de áreas sob alerta de desmatamento, frente a 3.724 km² nesse ciclo em 2024, o que equivale a uma diminuição de 9,82%.

O aumento da área sob alerta de desmatamento na Amazônia está relacionado ao avanço dos incêndios em florestas primárias, situação que anteriormente não era tão expressiva, mas que tem sido agravada pela mudança do clima.

O cenário, explica André Lima, tem se revelado uma tendência global. De acordo com os dados do World Resources Institute (WRI), os incêndios florestais foram responsáveis por quase metade de toda a perda de cobertura de florestas primárias no mundo em 2024.

STJ

Assistência jurídica na Lei Maria da Penha

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a assistência jurídica qualificada prevista na Lei Maria da Penha é obrigatória, inclusive nas ações submetidas ao tribunal do júri. Segundo o colegiado, a nomeação automática da Defensoria Pública como assistente é medida de tutela provisória, válida na ausência de manifestação expressa da vítima – a qual pode optar por advogado particular a qualquer tempo.

O entendimento foi firmado no julgamento de recurso especial do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), que questionava a atuação da Defensoria.

TSE

Código Eleitoral completa 60 anos

Nesta terça-feira (15), o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) completa 60 anos de vigência.

Um dos pilares do Direito Eleitoral, a norma está em vigor até hoje e é considerada um marco na história das eleições brasileiras, por prever garantias para assegurar o livre exercício do voto.

Com 383 artigos – o que equivale ao dobro de dispositivos do primeiro Código, de 1932, que englobava 144 itens –, o Código Eleitoral de 1965 aborda temas que vão desde a estrutura e o funcionamento da Justiça Eleitoral até a totalização dos votos.

TCU

TCU inicia semana de debates sobre pobreza

O Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou, na segunda, uma série de atividades dedicadas ao aprofundamento da compreensão sobre a pobreza e suas múltiplas dimensões. A palestra de abertura foi conduzida pela diretora-executiva do Oxford Poverty and Human Development Initiative, Corinne Mitchell, organização da Universidade de Oxford que é referência mundial no tema. O evento marca o início da semana de debates sobre o assunto e integra os esforços do TCU para construir uma metodologia que permita relacionar, de forma mais precisa, gastos públicos com a evolução da pobreza no Brasil.

TCU

Tribunal promove webinar sobre dados

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu inscrições para o Webinar de Aquecimento do Seminário Internacional “O Futuro da Auditoria Pública: Dados, Inovação e Cidadania”.

O evento ocorre no dia 4 de agosto, das 10h às 12h, e tem como objetivo promover debates e reflexões sobre o futuro do controle público.

No webinar, profissionais e pesquisadores vão poder expor trabalhos, estudos de caso ou reflexões sobre o tema central do seminário. Mesmo que o trabalho ainda não esteja finalizado, é possível submetê-lo à avaliação, considerando o potencial da ideia.